

A força dos trabalhadores subalternos. GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)* / Richard Graham; tradução Berilo Vargas. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013. pp. 458.

José Airton Ferreira da Costa Júnior¹

E-mail: golturbogti_01@hotmail.com

Richard Graham é um historiador estadunidense bastante conhecido no meio acadêmico brasileiro por seus trabalhos referentes à sociedade brasileira no período que compreende os séculos XIX e XX. Em seu estudo mais recente, tema da presente resenha, tem por objetivo analisar quem eram os diversos sujeitos envolvidos na atividade de abastecimento da cidade de Salvador, na Bahia, no período que vai de 1780 até por volta de 1860, buscando compreender os diversos tipos de mecanismos necessários para que esse serviço fosse desempenhado de forma satisfatória, tanto do ponto de vista do governo quanto dos diversos segmentos da sociedade. Pesquisas nesse sentido não constituem uma novidade nas produções historiográficas brasileiras. Podemos citar como exemplo nesse sentido o trabalho empreendido por Alcir Lenharo que pesquisou o comércio de víveres nas regiões que compreendiam as Capitânicas, posteriormente províncias, de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ao longo da primeira metade dos Oitocentos. Contudo, trabalhos nesse sentido ainda são relativamente escassos quando comparados com outros tipos de estudo produzidos no Brasil.

O livro de Richard Graham foi dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo serve como uma forma de apresentar ao leitor o espaço físico no qual se dava a dinâmica das atividades ligadas ao abastecimento. Após essa espécie de “segunda introdução” o estudo separa-se em duas partes. A primeira, que se estende do segundo capítulo até o sétimo, tem como enfoque a descrição dos diversos ofícios relacionados com os diferentes produtos comercializados, os sujeitos que realizavam esses serviços, os espaços nos quais se comercializava e se exerciam as diversas profissões. Já a segunda parte do livro, que vai do capítulo oitavo até o capítulo 12, inicia-se com a análise da guerra de independência e quais as consequências da mesma tanto para a organização das atividades do fornecimento de víveres quanto para a própria hierarquia social. Os capítulos 10 e 11 foram dedicados ao estudo mais amplo da inserção das teorias do liberalismo econômico nesse contexto. Desse modo o autor procurou

demonstrar como todos os envolvidos nesse tipo de negócio reagiram a essas novas ideias e quais os impactos das mesmas nas trocas comerciais e na organização mais ampla dessa mercancia.

No primeiro capítulo, Richard Graham faz uma descrição da cidade de Salvador no recorte temporal estudado, analisando como a topografia da região ajudou a reproduzir a organização hierárquica da sociedade, pois ao observar a localização das diferentes categorias sociais o autor concluiu que os segmentos sociais mais abastados, bem como as sedes das instituições administrativas mais importantes, localizavam-se na chamada “cidade alta”, enquanto os menos favorecidos ou possuidores de recursos mais modestos instalavam-se na parte denominada como “cidade baixa”. Outro ponto interessante observado pelo historiador foi que por conta dessa disposição espacial, os moradores da cidade que não estavam compreendidos entre os segmentos mais pobres eram bastante dependentes dos serviços de transporte de gêneros alimentícios, sobretudo os que ocupavam a parte alta da cidade. Tal dependência, como observou Graham, também estava relacionada ao aspecto cultural, já analisado por outros pesquisadores desse período, de que os mais ricos tinham ojeriza a carregar seus pertences, incumbindo seus escravos para isso.

A partir dessa perspectiva, o estudo aponta para a maior independência dos trabalhadores livres (mulatos e negros alforriados ou nascidos livres e também alguns cativos, os “escravos de ganho”), pois os mesmos tinham consciência da importância dos trabalhos que exerciam e, dentro dos limites ao seu alcance, podiam negociar melhores condições de serviço e estabelecer amplas redes de sociabilidade. Partindo dessa perspectiva, o autor voltou sua atenção para as vendedoras de rua e os donos de armazéns e vendas (capítulo 2º); das relações destes entre si e de seus arranjos familiares (capítulo 3º); dos indivíduos responsáveis pelo transporte de produtos por via marítima (capítulo 4º); a necessidade do Estado de regulamentar e administrar a atividade comercial dos gêneros mais básicos a partir da construção de um celeiro público (capítulo 5º) e no controle das feiras e abate do gado em açougues controlados pelo governo (capítulo 6º), e das tensões resultantes da interação desses sujeitos em diferentes momentos (capítulo 7º).

Em relação às vendedoras de rua, Graham observou que as mulheres foram as principais envolvidas nesse ramo comercial. Isso se deveu ao fato de muitas escravas e ex-escravas terem exercido atividades relacionadas ao comércio no continente africano antes de serem capturadas e remetidas para a América Portuguesa. Ao tomarem conhecimento dessa experiência prévia, muitos dos senhores de escravos conseguiam autorizações, as chamadas licenças, junto a Câmara de Salvador para que suas cativas pudessem comercializar produtos (frutas, hortaliças, aves, peixes, carne, doces e até mesmo refeições prontas) nas ruas da cidade. Tais licenças foram concedidas também a libertas e negras livres, além de alguns casos de “escrava(o)s de ganho” irem por si mesmos até a Câmara para obterem a permissão para a execução desse tipo de serviço.

Ao analisar esse tipo de ofício, Richard Graham demonstrou que esses trabalhadores, especialmente no que diz respeito aos cativos, tinham uma liberdade maior, ainda que limitada pela hierarquia social da época, para estabelecerem suas próprias condições de trabalho (desde o horário, quais serviços desempenhar, quais os locais para melhor comercializar entre outros) diferentemente dos sujeitos que, por exemplo, estavam inseridos na produção da cana-de-açúcar nos engenhos. Por fim, o autor ainda desmistificou as interpretações, que até recentemente eram hegemônicas na historiografia nacional, relativas à quase impossibilidade de ascensão social dos segmentos sociais mais pobres. Para tanto, Graham se utilizou do exemplo da vendedora Ana de São José da Trindade, uma ex-escrava que conseguiu comprar sua liberdade e acumulou um impressionante patrimônio com as atividades ligadas ao abastecimento: uma casa de três andares de pedra e cal com janelas de vidro, nove escravos, significativo número de joias e outras peças de metal precioso. Ainda que o caso de Ana de São José da Trindade seja o que mais se destacou dentre os inventários pesquisados pelo historiador, este conseguiu observar que outras vendedora(e)s de origem modesta, muitas vezes oriundas do cativeiro, conseguiram legar aos seus herdeiros imóveis e outros tipos de bens que demonstraram essa possibilidade real de ascensão desses indivíduos.

Esses vendedores ambulantes constituíram diversas redes sociais, tanto com outros vendedores e demais trabalhadores livres urbanos (e em alguns casos estendendo tais relações a indivíduos residentes em outras cidades mais distantes) quanto com os donos das vendas (também conhecidas por mercearias) e armazéns. Estes últimos eram

muitas vezes os responsáveis por fornecer os gêneros comercializados pelos vendedores de rua (muitas vezes inserindo nesse comércio ambulante seus próprios cativos). Muitas vezes na documentação se designavam vendas e armazéns como o mesmo tipo de estabelecimento, contudo, segundo o autor a diferença, entre os dois consistia no maior volume de estoque e das transações que ambas faziam, posto que os armazéns vendessem em maiores quantidades do que as vendas e uma parte considerável destas últimas não possuía registro para o devido funcionamento.

O perfil social desta categoria era diferente daquela dos vendedores ambulantes, pois os donos de armazéns e vendas eram em sua maioria do sexo masculino e brancos, predominando os portugueses. Ainda assim houve alguns dentre eles que eram mulatos e até mesmo negros. Além do comércio, essa categoria se notabilizava na atividade de empréstimo de dinheiro ou do papel de fiadores de outras categorias sociais, sendo comum nos inventários destes homens a menção de determinadas quantias que se lhes deviam e que deveriam ser pagas aos seus herdeiros. Mesmo sendo vistos pela população mais rica, e pelos ocupantes dos cargos superiores das funções de Estado, com certo desdém, os donos de vendas e armazéns conseguiram ocupar cargos menores na administração e possuíam um papel importante na sociedade, pois em várias ocasiões eles, juntamente com os sujeitos ligados a comercialização do gado e do transporte marítimo de mantimentos, foram responsáveis pelas crises artificiais no setor de abastecimento, crises essas que afetaram a sociedade em geral e ocasionaram alguns tumultos violentos na cidade nos anos que compreenderam o recorte do estudo de Richard Graham.

Uma característica comum tanto em relação aos vendedores de rua quanto a grande maioria dos comerciantes lojistas foi a de uniões conjugais não oficiais. Em relação às vendedoras de rua o autor observou que muitas delas eram mães solteiras (comumente com mais de dois filhos). Há também relatos de que elas eram os “chefes de fogo” (designação do período para os chefes de família). Também era comum que os filhos dessas mulheres lhes acompanhassem e ajudassem no trabalho diário. Os merceeiros em sua maior parte não oficializavam a sua relação na Igreja, geralmente com uma de suas cativas, mas reconheciam os filhos que resultavam dessa relação e lhes reconheciam como legítimos herdeiros.

Para que fosse possível a realização do comércio e do próprio abastecimento de Salvador, era necessário garantir o fluxo de alimentos para a cidade, uma vez que a mesma não produzia seu próprio alimento em quantidade suficiente. Nesse sentido os ocupantes das funções do Estado tentavam administrar da melhor forma possível duas vias importantíssimas de acesso de alimentos: a que se fazia pelo mar e a que vinha do interior da capitania (posteriormente província) pelas estradas do sertão. Através da navegação entravam em Salvador a quase totalidade das hortaliças, frutas, e um dos principais componentes da dieta de toda a população colonial: a farinha de mandioca. Por terra se transportava o gado do qual provinha outro alimento indispensável à subsistência da população: a carne, especialmente bovina.

Capitães de embarcações, marinheiros e marujos foram as principais figuras analisadas por Graham no que concerne ao transporte marítimo de mantimentos. Esses indivíduos, por conta da constante mobilidade conseguiam tecer redes mais amplas de sociabilidade e devido a isso acabavam transmitindo e recebendo informações sobre diversos assuntos e diversas regiões, fazendo um papel informal de interligar, através dos relatos ouvidos e observados, regiões geograficamente distantes. A especialização dos trabalhadores (de modo semelhante aos das vendedoras de rua) conferia-lhes, segundo o autor, uma consciência de importância que eles desempenhavam não só nas embarcações, mas também em relação a outros segmentos sociais. É interessante notar também que o autor se refere à existência de uma consciência de classe entre esses sujeitos, pois devido aos riscos dessa atividade e a necessidade de ações rápidas em determinadas situações minimizavam o peso da diferenciação social entre eles. Nesse sentido, o autor observa que alguns capitães de embarcação eram escravos que muitas vezes exerciam controle sobre homens livres sem ocorrer maiores conflitos por conta dessa inversão hierárquica. Além disso, era comum que ex-escravos, muitos deles africanos, fossem proprietários de pequenas embarcações e de escravos, ou empregavam outros trabalhadores nesse ramo comercial.

Já os trabalhadores ligados ao transporte do gado rumo a Salvador eram muitas vezes vistos como sujeitos rudes, incivilizados e propensos a desordens. Diferentemente dos trabalhadores marítimos, o *status* social dos indivíduos seguia mais de perto as convenções sociais da época. Os grandes proprietários de gado mandavam seus animais através de alguns empregados, enquanto os criadores de rebanhos menores seguiam seus

animais até o abate. No comércio do gado empregavam-se outros sujeitos com atividades específicas, como os magarefes, funcionários do abatedouro público responsáveis pelo abatimento das reses e o transporte das peças de carne aos açougues; as tripeiras conhecidas também pela alcunha de fateiras, mulheres pobres e livres, praticamente todas eram “de cor” (mulatas ou negras), que compravam as vísceras dos animais abatidos para vendê-los ou utilizá-los em pratos para a venda nas ruas da cidade.

Tanto no comércio marítimo quanto no comércio terrestre, o governo da cidade tinha de lidar com a figura dos “intermediários” (atravessadores no primeiro caso e marchantes no segundo) que eram responsabilizados pelos problemas do abastecimento da cidade. Estes sujeitos eram acusados de forjarem a escassez de alimentos, que estavam escondidos nos armazéns ou, no caso dos animais, em pastos de cidades próximas a de Salvador, para forçar o aumento dos preços. Em relação aos atravessadores, o problema estava ligado ao fato desses homens (muitos deles empregados ou os próprios donos de vendas e armazéns) abordarem os barqueiros para comprar-lhes antecipadamente os produtos a fim de estocá-los e monopolizá-los para vender a população pelo preço que bem entendessem. Os marchantes também se utilizavam de práticas semelhantes, comprando gado antecipadamente, com preços mais baixos, pondo em comercialização um número diminuto de reses para forçar o aumento de preços. Além disso, estabeleciam certas relações com os magarefes e as tripeiras no intuito de forçar os vendedores de gado a recorrerem dos serviços desses trabalhadores, pois a possibilidade de recusa resultaria na não comercialização imediata tanto das vísceras quanto da própria carne, produtos bastante perecíveis que caso não fossem comercializadas imediatamente resultariam em perdas financeiras consideráveis.

Visando coibir, ou ao menos minimizar esse problema, a Câmara de Salvador construiu um celeiro público, local prioritário para a venda da farinha de mandioca e outros produtos vegetais. Outra medida foi regulamentação do comércio do gado, restrito a região de Capuame, e que os animais deveriam ser abatidos no matadouro público e a comercialização da carne ficaria restrita aos açougues controlados pelas autoridades públicas. Tais medidas tinham por objetivo evitar que poucos comerciantes monopolizassem o mercado desses produtos e garantia aos cofres municipais somas

consideráveis obtidas através da aplicação de multas e dos impostos sobre os diferentes gêneros alimentícios.

As tensões resultantes dessas ações do Estado tiveram reações distintas entre os trabalhadores mais pobres e aqueles que possuíam maiores recursos. Significativo nesse sentido foi a recusa dos magarefes em exercerem suas funções em troca de melhores salários, ou de carregadores contra a imposição da Câmara municipal em impor-lhes capatazes brancos, retirando assim a autonomia desses atores sociais em escolherem seus próprios capatazes, bem como o tipo de serviço e as condições para exercê-lo. Segundo Graham, essas primeiras “greves” demonstram a força que essas categorias sociais dispunham para negociar com os setores sociais mais favorecidos.

O contexto da guerra de independência foi significativo por alguns motivos. Essa experiência elevou as tensões sociais entre brasileiros e portugueses, e entre brancos e não brancos. Ao longo do conflito muitos cativos aproveitaram-se para se evadirem do domínio de seus senhores através da formação de quilombos ou ingressando no Exército insurgente (brasileiro). Após o término das hostilidades, a população pobre de cor e os cativos passaram a serem vistos com maior desconfiança por parte da elite local, pois o medo de revoltas, sobretudo escravas, era algo bastante factível para os segmentos dominantes.

As ideias do liberalismo econômico já vinham tendo defensores em Salvador desde os últimos anos do século XVIII. Contudo, as práticas dessas teorias econômicas somente foram adotadas em escala maior a partir de meados do século seguinte. Os discursos dos partidários de Adam Smith consistiram na acusação de que as práticas “paternalistas” de intervenção da Câmara nas atividades do comércio eram as responsáveis pela permanente escassez de alimentos e seu elevado preço, propagando o livre comércio como a única solução capaz de sanar esses problemas. Por “paternalismo” devemos compreender os discursos dos vereadores e do governo da Capitania de adotarem medidas reguladoras sobre o comércio objetivando o bem comum e a proteção dos mais necessitados. O “paternalismo” também tinha profunda inserção na mentalidade da população, pois o Rei era visto como um “pai” para seus súditos, e tais medidas eram percebidas como ações benevolentes de um governo justo que se preocupava com os pobres. Segundo o autor, ao longo da primeira metade do

século XIX, a adoção dos pressupostos liberais no comércio de alimentos não gerou aumento no número de produtos e ainda por cima elevaram consideravelmente o valor dos mesmos. Quando a carestia alcançava níveis preocupantes era comum manifestação da população mais pobre (e dos trabalhadores) pelo reestabelecimento das medidas paternalistas, pois a prática destas possibilitava de fato melhores condições de vida para esses setores.

O estudo de Richard Graham é importante para uma nova compreensão do mundo do trabalho do Brasil, especialmente no que diz respeito às relações entre a população livre e a cativa em diversos tipos de atividade. A análise deste autor permite que tenhamos uma visão mais ampla de ofícios e ocupações que muitas vezes não tem a devida atenção dos pesquisadores em relação a sua importância na manutenção da organização social do período. Ao tomarmos conhecimento da existência dessas atividades, podemos compreender melhor a dinâmica social do período e observarmos as possibilidades reais de ascensão social ou das disputas pelo estabelecimento e manutenção de condições de trabalho desses sujeitos, desconstruindo muitas interpretações já consolidadas na historiografia nacional em que isso nem era cogitado, uma vez que tais interpretações só consideravam a relação, extremamente rígida e opressiva, entre senhores e escravos. Nesse sentido, este trabalho de Richard Graham também se distancia um pouco de alguns de seus estudos anteriores no que diz respeito ao estabelecimento das relações clientelísticas entre os setores pobres e os mais abastados, pois o autor focou-se muito mais na possibilidade de organização coletiva desses grupos subalternos e na maior liberdade (ainda que restrita) dos mesmos permitindo-lhes fazer frente ao governo e garantir melhores condições de existência.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do grupo de pesquisa SEBO (Sociedade de Estudo e Cultura do Brasil Oitocentista) cadastrado no CNPq.